



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

18/07/2015

INDICE

1. AÇÕES CORREGEDORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. COMARCAS	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2
2.2. JORNAL PEQUENO.....	3
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	4
3.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5
3.3. JORNAL O DEBATE.....	6 - 7
3.4. JORNAL O IMPARCIAL.....	8 - 9
4. PLANTÃO NO TJMA	
4.1. JORNAL O DEBATE.....	10

TJMA registra aumento de 18% na produtividade dos desembargadores

O Tribunal de Justiça do Maranhão registrou aumento de 18,5% na produtividade dos desembargadores da Corte, que julgaram 12.238 processos de janeiro a junho de 2015, superando o número de processos apreciados no mesmo período em 2014 (11.680 processos).

Com o índice, a produtividade dos membros da Corte Estadual de Justiça fica acima de 100% em relação aos processos recebidos (104,78%). Os dados são da Divisão de Estatística do TJMA.

O resultado garante o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que, ao longo de 2015, devem ser julgados número de processos superior à quantidade de ações judiciais que ingressarem

no referido ano.

O aumento na produtividade dos desembargadores do Tribunal de Justiça segue escala crescente. Em 2014, a Corte Estadual de Justiça concluiu 83,3% dos julgamentos de ações penais, superando a meta de 80% prevista pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aquele período.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O TJMA se destacou também, em 2014, no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a administração pública, cumprindo 99% da Meta 4 do Poder Judiciário.

Entre os anos de 2012 e 2014, quarenta e cinco

prefeitos e ex-prefeitos de cidades do Maranhão foram condenados pelo TJMA pela prática de algum crime no exercício do mandato.

Entre os crimes que levaram gestores e ex-gestores à condenação estão atraso ou fraude na prestação de contas, além de lesão ao erário público, desvio de verbas públicas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, entre outros motivos.

As penas impostas aos condenados incluem bloqueios de repasses financeiros, afastamento do cargo, cassação de mandato, pagamento de multa, suspensão dos direitos políticos e até detenção em regime aberto (convertida em prestação de serviços à comunidade).

Corregedoria vai debater audiência com presidiários

Reunião conduzida pelo desembargador Fróz Sobrinho discutiu sobre audiência de custódia na Comarca de Imperatriz

IMPERATRIZ - A Comarca de Imperatriz poderá ter audiências de custódia da Corregedoria da Justiça do Maranhão. No começo da semana, o assunto foi discutido em reunião no município. Os trabalhos foram conduzidos pelo desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Ficou definido que será realizado um estudo, com a participação de juízes e membros da Corregedoria e da Unidade de Monitoramento (UMF), para definir a aplicação das audiências de custódia na cidade. Para reforçar a iniciativa, será feita uma solicitação para que a Escola Superior da Magistratura do Maranhão realize um curso sobre o tema voltado para juízes da região.

Segundo Fróz Sobrinho, além das audiências de custódia, também foram debatidas melhorias no sistema prisional da região. Para desafogar as unidades judiciais, ficou definido que serão realizados pelo menos quatro mutirões envolvendo análise de processos e audiências com réus presos até o mês de setembro.

Apoio - Esse esforço concentrado contará com o apoio logístico da Sejap e da Delegacia Regional,

Mais

A audiência de custódia é a condução do preso, sem demora, à presença de uma autoridade judicial, que deverá, a partir de prévio contraditório estabelecido entre o Ministério Público e a defesa, exercer um controle imediato da legalidade e da necessidade da prisão, assim como apreciar questões relativas à pessoa do cidadão conduzido, notadamente a presença de maus-tratos ou tortura.

que ficarão responsáveis pelo deslocamento dos presos, conforme acertado em reunião realizada anteriormente na delegacia. O TJMA dará apoio na estruturação das varas, disponibilizando equipamentos e servidores para atuar nas ações.

Também participaram do encontro o desembargador José Bernardo Rodrigues; o juiz diretor do Fórum de Imperatriz, Delvan Tavares de Oliveira; os juízes da comarca Ana Beatriz Maia, Ana Lucrecia Reis, Gladston Cutrim, Marco Antonio Oliveira, José Ribamar Serra, e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano.



O desembargador Froz Sobrinho (C) e demais participantes da reunião

Divulgação

Produtividade

Conforme os dados da Divisão de Estatística, o Tribunal de Justiça do Maranhão registrou aumento de 18,5% na produtividade dos desembargadores da Corte, que julgaram 12.238 processos de janeiro a junho deste ano, superando o número daqueles apreciados no mesmo período do ano passado.

Com o índice, a produtividade dos membros da Corte Estadual de Justiça fica acima de 100% em relação aos processos recebidos.

O resultado garante o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, que determina que, ao longo de 2015, devem ser julgados número de processos superior à quantidade de ações judiciais que ingressarem no referido ano.

TJMA registra aumento de 18% na produtividade dos desembargadores

Pag. 04



TJMA

Aumento de 18% na produtividade dos desembargadores

O Tribunal de Justiça do Maranhão registrou aumento de 18,5% na produtividade dos desembargadores da Corte, que julgaram 12.238 processos de janeiro a junho de 2015, superando o número de processos apreciados no mesmo período em 2014 (11.680 processos).

Com o índice, a produtividade dos membros da Corte Estadual de Justiça fica acima de 100% em relação aos processos recebidos (104,78%). Os dados são da Divisão de Estatística do TJMA.

O resultado garante o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que, ao longo de 2015, devem ser julgados número de processos superior à quantidade de ações judiciais que ingressarem no referido ano.

O aumento na produtividade dos desembargadores do Tribunal de Justiça segue escala crescente. Em 2014, a Corte Estadual de Justiça concluiu 83,3% dos julgamentos de ações penais, superando a meta



Desembargadores superaram a meta prevista de julgamentos

de 80% prevista pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aquele período.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - O TJMA se destacou também, em 2014, no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a administração pública, cumprindo 99% da Meta 4 do Poder Judiciário.

Entre os anos de 2012 e 2014, quarenta e cinco prefeitos e ex-prefeitos de cidades do Maranhão foram condenados pelo TJMA pela prática de algum crime no exercício do mandato.

Entre os crimes que levaram gestores e ex-gestores à condenação estão atraso ou fraude na prestação de contas, além de lesão ao erário público, desvio de verbas públicas, falsida-

de ideológica, contratação de servidores sem concurso, entre outros motivos.

As penas impostas aos condenados incluem bloqueios de repasses financeiros, afastamento do cargo, cassação de mandato, pagamento de multa, suspensão dos direitos políticos e até detenção em regime aberto (convertida em prestação de serviços à comunidade).



Plantão TJMA

O desembargador Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), responde pelo plantão judiciário de 2º Grau até este domingo (19).

**Tribunal de Justiça
julga 12.238
processos até
junho de 2015**
PÁGINA 3/POLÍTICA

TJMA

Justiça aumenta a produtividade

O Tribunal de Justiça do Maranhão registrou aumento de 18,5% na produtividade dos desembargadores da Corte, que julgaram 12.238 processos de janeiro a junho de 2015, superando o número de processos apreciados no mesmo período em 2014 (11.680 processos). Com o índice, a produtividade dos membros da Corte Estadual de Justiça fica acima de 100% em relação aos processos recebidos (104,78%). Os dados são da Divisão de Estatística do TJMA.

O resultado garante o cum-

primento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que, ao longo de 2015, devem ser julgados número de processos superior à quantidade de ações judiciais que ingressarem no referido ano.

O aumento na produtividade dos desembargadores do Tribunal de Justiça segue escala crescente. Em 2014, a Corte Estadual de Justiça concluiu 83,3% dos julgamentos de ações penais, superando a meta de 80% prevista pelo Conselho Nacional de Jus-

tiça (CNJ) para aquele período.

O TJMA se destacou também, em 2014, no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a administração pública, cumprindo 99% da Meta 4 do Poder Judiciário. Entre os anos de 2012 e 2014, quarenta e cinco prefeitos e ex-prefeitos de cidades do Maranhão foram condenados pelo TJMA pela prática de algum crime no exercício do mandato.

Entre os crimes que levaram gestores e ex-gestores à conde-

nação, estão atraso ou fraude na prestação de contas, além de lesão ao erário público, desvio de verbas públicas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, entre outros motivos.

As penas impostas aos condenados incluem bloqueios de repasses financeiros, afastamento do cargo, cassação de mandato, pagamento de multa, suspensão dos direitos políticos e até detenção em regime aberto (convertida em prestação de serviços à comunidade).

Corregedoria recebe apoio da Defensoria em campanha pela certidão de nascimento

DIVULGAÇÃO



Reunião entre representantes da CGJ e da DPE sobre a Campanha "Eu Cidadão, com Nome e Sobrenome"

Um encontro, realizado nesta quinta-feira (16), entre a Corregedoria da Justiça do Maranhão e a Defensoria Pública marcou o início do apoio à campanha "Eu Cidadão, com Nome e Sobrenome", iniciativa que visa a combater o sub-registro e o registro civil tardio de nascimento no Estado. Ao declarar apoio à campanha, a defensora pública-geral, Mariana Albano, enfatizou que é importante unir esforços em torno de ações que visam à promoção da cidadania, principal objetivo da sua instituição.

A corregedora do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, disse que apesar dos avanços ainda é preciso muito empenho para a erradicação do sub-registro no Estado e que é necessário a realização de ações integradas. Essa visão é compartilhada pela defen-

sora, que ressaltou ter identificado, em ação da Defensoria, um quantitativo de 800 pessoas sem certidão de nascimento no Município de Barra do Corda (444Km de São Luís).

A reunião contou com a presença de cartorários, que manifestaram apoio à iniciativa, mas ressaltaram os cuidados necessários às normas que regem a atividade cartorária relativa a emissão da certidão. Nelma Sarney, porém, destacou que a idéia é atuar em conformidade com a legislação, mas buscando maior agilidade nos procedimentos.

A Campanha "Eu Cidadão, com Nome e Sobrenome" tem a finalidade de despertar a atenção de mães e pais para a necessidade de obtenção da certidão de seus filhos, considerando ser um documento básico para aces-

so a políticas de saúde, educação e outras iniciativas instituídas pelos poderes constituídos. Para alcançar esse objetivo, ações serão desenvolvidas para alcançar o público que se encontra longe dos centros urbanos, regiões onde estão os maiores índices de obtenção da certidão de nascimento de forma tardia.

Para dar mais dinamicidade à campanha, uma comissão com representantes da Corregedoria, Defensoria e cartorários vão se reunir no próximo dia 22 com o objetivo de definir fluxos e rotinas para serem adotadas nas ações relacionadas à campanha. O resultado desse trabalho deverá ser objeto de um provimento a ser divulgado pelo órgão corregedor, que no Estado tem responsabilidade para definir normas voltadas à regulamentação da matéria.

SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS

Associação de quebradeiras consegue na Justiça demarcação de terras

OSWALDO VIVIANI

As quebradeiras de coco babaçu do município de São José dos Basílios (a 396 km de São Luís), por meio de sua associação, conseguiram na Justiça decisão favorável numa ação demarcatória referente a quatro hectares de terras.

A demarcação estava sendo contestada na Justiça pelo Município de São José dos Basílios, mas, no dia 29 do mês passado, o juiz Cristovão Sousa Barros (titular da comarca de Santa Inês, respondendo pela comarca de Joseândia) expediu sentença favorável à associação das quebradeiras.

Apesar de o Município alegar que tinha escritura das terras registrada desde 2002, o magistrado afirmou, em sua sentença, que, embora o registro da Associação das Quebradeiras de Coco tenha sido feito só em 2011, os quatro hectares em questão estavam “devidamente individualizados”, não se tratando, dessa forma, de “matrículas sobrepostas, de um mesmo imóvel”.

Após a decisão judicial, as quebradeiras de São José dos Basílios aguardam tão-somente seu cumprimento, por meio da afixação dos marcos da propriedade, que deverá ser realizada por um agrimensor.

A demarcação dos quatro hec-



Quebradeiras de coco: garantia de trabalho com vitória na Justiça

tares de terras da Associação das Quebradeiras de Coco de São José dos Basílios vai colaborar para melhorar a vida de mais de 70 mulheres que fazem parte da associação. A entidade conta com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O terreno de quatro hectares, que está localizado na Chácara Irmã Verônica (à margem da estrada vicinal que liga São José dos Basílios a Dom Pedro), abriga a sede da associação (fundada em 18 de março de 2011), e o Centro de Beneficiamento do Coco Babaçu, implantado em 2004.

O centro possui equipamentos para extrair o óleo bruto do coco de babaçu, desde o tritamento do coco até o aquecimento da matéria-prima para a subtração do óleo.

O produto não é comercializado, por não ser refinado, mas é vendido para empresas que produzem produtos de limpeza.

Por mês, as associadas conseguem vender cerca de 12 mil litros do óleo bruto. Além disso, fabricam sabão de forma artesanal, para ser comercializado em São José dos Basílios e em povoados próximos.